

AUDIÊNCIA PÚBLICA 27JUN2011

Pauta: Debate sobre a Lei nº 10.036.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): (Início da audiência sem gravação.) ...Porto Alegre, sita na Av. Loureiro da Silva, nº 255, Centro, com o objetivo de debater sobre a Lei nº 10.036, que dispõe sobre a colocação de obras de artes plásticas nas edificações com área adensável igual ou superior a 2.000 m² (dois mil metros quadrados.) e dá outras providências. Gabinete da Presidência, 15 de junho de 2011. Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente.” Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública: a Sra. Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; o Sr. Francisco Dornelles, Secretário do Planejamento Municipal Adjunto; e o Sr. Ubiratan Fernandes, Presidente da Associação dos Escultores do Estado do Rio Grande do Sul. Prestigiam esta Audiência Pública os Vers. Toni Proença, Dr. Thiago Duarte, Adeli Sell, Bernardino Vendruscolo, Luciano Marcantônio, Idenir Cecchim, Professor Garcia e Elias Vidal.

A Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Boa-noite a todos e a todas. Sejam muito bem-vindos nesta noite gelada. Nós estamos aqui respondendo a uma questão que tem incomodado vários Vereadores e vários Partidos, não especificamente sobre esta Lei, mas sobre muitas leis que são votadas e são sancionadas nesta Casa, e que, depois, encontram barreiras para se realizar. Um dos instrumentos que a Casa tem são as Audiências Públicas para tentar evoluir no tema. São várias áreas onde há Leis que têm excelentes intenções, que se propõem a mudar culturas, se propõem a modificar cálculos, às vezes econômicos, e posturas quanto à relação com os outros, à relação com o meio ambiente, que são Leis que, mesmo enfrentando barreiras e as superando na hora da votação depois continuam com barreiras na hora implementação. Eu poderia citar uma, sobre a qual amanhã nós teremos um debate pela manhã, que é a da Alimentação Saudável nas Escolas, que a gente não consegue que se realize, e que foi sancionada, cantada em verso e prosa.

No caso, esta Lei – a Lei é de autoria do Deputado Raul Carrion –, é uma Lei interessante, é uma Lei que tem uma visão de futuro, que estabelece uma responsabilidade com o patrimônio arquitetônico e cultural que está sendo produzido pela nossa geração, um desafio para que ele de fato dialogue com a Arte, que ele construa uma identidade vinculando a Arte, que, claro, mexe num *status quo*, mexe numa organização que resiste a mudanças. Então, esta audiência pública e as audiências públicas cumprem um pouco esse papel, Ubiratan, e eu já te cumprimento pelos esforços que tens envidado para que ela seja regulamentada, pela Audiência que fizestes na Comissão de Educação – está aqui o Ver. Garcia.

Cumprimento os demais artistas que estão aqui presentes e que se mobilizaram e se mobilizam em torno deste tema. Agradeço a presença do Sr. Francisco Dornelles, do Secretário de Planejamento, que está aqui representando o Prefeito, e o conjunto das Secretarias que têm responsabilidade com ele. Nós convidamos a SMOV e convidamos a Cultura para estar aqui, mas o Secretário Adjunto diz que responde pelo grupo de Secretarias, esperamos que com boas notícias.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sra. Presidente, gostaria de me desculpar com os presentes pela impossibilidade de permanecer aqui em razão de compromissos que já assumi há bastante tempo. Gostaria muito de participar da Audiência, mas, infelizmente, não poderei participar. Cumprimento todos e peço desculpas.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Vereador, está registrada a sua intenção; depois, nós lhe daremos notícias.

A nossa dinâmica é a seguinte: primeiro, ouviremos os artistas; em nome deles falará o Sr. Ubiratan Fernandes; depois, ouviremos o representante do Governo; após, ouviremos os inscritos – as inscrições estão abertas para questionamentos, opiniões e sugestões -, e os Vereadores também, desta mesma forma, poderão se manifestar.

O Sr. Ubiratan Fernandes está com a palavra.

O SR. UBIRATAN FERNANDES: Boa-noite Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon; Secretário, que representa o Governo; Sra. Vera Pellin, representando a Associação Chico Lisboa;

Ver. Professor Garcia, que tem apoiado esta causa; e Secretário Adjunto da Secretaria do Planejamento Municipal, Francisco Dorneles. Nas duas vezes anteriores em que pude vir aqui defender a Lei e o seu objetivo, ficou bem claro que, na verdade, estamos fazendo uma provocação para a cidade de Porto Alegre. Eu duvido que, em algum lugar do mundo, seja posta em dúvida a capacidade dos artistas da Cidade, dos artistas brasileiros de poder dar uma contrapartida ao que o empreendedor vai fazer com relação aos benefícios que ele vai ter, fazendo com que esta Lei realmente entre em vigor.

Eu tenho andado por vários lugares do mundo, tenho visto tudo o que é tipo de obra de arte e não duvido da nossa capacidade de dar uma retribuição muito maior do que a das pessoas que são contra, que estão fazendo *lobby* para que esta Lei não entre em vigor.

É impossível que uma Lei, aprovada por todos os Vereadores desta Casa, assinada pelo Prefeito em 2006, não esteja em vigor ainda. Nós já teríamos levantado uma memória cultural para Porto Alegre e, com isso, levantado uma série de questionamentos, como, por exemplo, por que a Cidade está no estado em que está, porque uma coisa gera a outra.

A valorização cultural da Cidade faz com que exista também uma intenção de qualquer Executivo, não só deste Governo, de também tomar a iniciativa de fazer com que as obras que estão já na Cidade sejam preservadas, limpas, para que a gente não passe pelo vexame de ter uma Cidade, hoje, em 2011, a três anos da Copa do Mundo, praticamente abandonada.

Cultura é memória, é tradição, são valores; essas coisas a gente não compra, a gente constrói. Eu espero, acredito e tenho certeza de que todos os artistas que estarão empenhados em fazer as obras, que serão contratados, darão uma resposta à altura.

A gente vai partir para uma nova etapa da cultura em Porto Alegre. O que é inadmissível é que hoje, no ano de 2011, com a Cidade se preparando para a Copa do Mundo, a gente esteja aqui discutindo uma Lei que foi assinada em 2006 e ainda não foi regulamentada.

As duas reuniões técnicas que fizemos com a Cultura, com a SMOV e com a Procuradoria-Geral do Município nos deram um caminho que elucidou dúvidas que pareciam intransponíveis. A gente viu que eram coisas relativamente simples, era uma questão de sentar à mesa, colocar essas palavras para discussão, e a gente perceber que não falta muito para conseguirmos aprovar a regulamentação. Então, hoje, Presidenta Sofia Cavedon, amiga que está empurrando esse barco junto com o Professor

Garcia, eu posso dizer para vocês que a gente deu um grande passo para fazer a regulamentação da Lei e criar um verdadeiro mercado de trabalho para a classe artística de Porto Alegre. Eu espero, após a assinatura da regulamentação pelo Prefeito José Fortunati, que nós, artistas, sejamos muito mais profissionais do que a gente tem sido até agora. A nossa responsabilidade vai aumentar cem vezes, mas eu acredito em vocês, eu acredito na força do trabalho dos artistas do Rio Grande do Sul. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Secretário, temos notícias sobre a regulamentação, tão aguardada e sonhada pelos artistas e pela cidade?

O SR. FRANCISCO DORNELLES: Presidenta Sofia Cavedon, Sr. Ubiratan, Srs. Vereadores, Adeli Sell e Professor Garcia, representantes das entidades artísticas e culturais e demais presentes, naturalmente que, em se tratando de cultura, não há quem possa opinar contra. Há uma dificuldade, às vezes, em todos os empreendimentos, de implementação, como há em qualquer situação. A Ver.^a Sofia comunicou que eu vinha falar pelas outras Secretarias; isso ocorre porque, hoje, eu venho representando o Prefeito e, nesta condição, eu fiz questão de contatar as outras Secretarias e a própria Prefeitura para saber qual é o posicionamento, porque eu não poderia vir aqui e falar em dissonância com a Prefeitura. E a resposta da Prefeitura é que tem interesse em regulamentar essa Lei, para que se consiga implementar o desejo da sociedade que foi determinado pela Lei nº 10.036, quer dizer, a Prefeitura não tem, nem teria, condições de se opor, tem todo o interesse. A notícia que as outras Secretarias que estão coordenando um grupo em reunião com os representantes do meio artístico me transmitiram é que já estariam em acordo em função de uma minuta. Naturalmente que o princípio da Audiência Pública é também que daqui se produza alguma matéria que possa até influenciar essa minuta. Na exposição dos interessados, naturalmente eu levaria para esse grupo alguma novidade que porventura não tenha sido discutida nas reuniões temáticas.

As Secretarias envolvidas diretamente neste tema são a Secretaria de Cultura, pelo próprio tema, e a SMOV, porque, em função da Lei, é quem vai, no final, fazer com que se realize o determinante da Lei nº 10.036.

Quanto ao prazo, eu fiz o questionamento, Presidente, de em quanto tempo se poderia ter esse regulamento, essa minuta concluída. Afirmaram-me que em duas reuniões vindouras

se chegaria a um texto final. Então, eu diria que, em menos de um mês, esta minuta poderia ir para o Prefeito e, dentro do que a Prefeitura disse – de que há um interesse em regulamentar -, eu poderia trazer esta previsão. Vamos dizer que uma previsão é uma previsão, quer dizer, mais ou menos, se não surgirem situações outras que possam dificultar, então, a previsão é de que em um mês possa chegar às mãos do Prefeito o trabalho desse grupo composto pelas entidades artísticas. Eu queria saudar o Ver. Idenir Cecchim, do qual esqueci de citar o nome.

Em princípio é isso. Nós estamos à disposição para outras proposições.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Já que o grupo está andando, eu provoco o Ubiratan para que ele nos diga quais são os nós, os elementos de dúvida ou conflitivos, para que esta Audiência possa, aproveitando a presença tão qualificada, contribuir para desatar esses nós.

O SR. UBIRATAN FERNANDES: Sou Presidente da Associação dos Escultores. É incrível, gente, mas eu fui ensinado, pelo meu pai, que, sentando à mesa, a gente consegue resolver quase 100% dos problemas. Quando a gente não senta à mesa, a gente não resolve nada. E o fato de ter sentado à mesa com os técnicos da SMOV fez a gente conseguir pensar e ver por que é tão difícil, às vezes, executar uma lei ou introduzir uma regra nova numa edificação. Essas coisas foram colocadas pela SMOV, os problemas mais técnicos, como a área de jardinagem, recuo, se o piso pode ter um mosaico e pode ser encontrada uma obra de arte, as paredes de um prédio, a área reservada para obra de arte, se a parte de eletrificação, os canos, o esgoto e a parte pluvial passariam por baixo do monumento, porque, depois, se for um piso ou um mosaico, vai ter que arrebentar tudo, e não pode, porque aquilo ali é um patrimônio cultural da Cidade. Então, a gente sentou à mesa e, como dizia o meu pai, essas questões técnicas foram elucidadas. Eu tenho que dar um crédito aos técnicos da Prefeitura, porque, quando o empreendedor busca fazer um prédio, não é só porque ele tem dinheiro, ele tem que fazer uma série de procedimentos: contratar um projetista, um arquiteto, um engenheiro, a construtora que vai fazer o prédio, e isso aí tem um regramento técnico dentro da SMOV que estabelece como é o procedimento para tu entrares com o projeto para construção do prédio. Aí entram os artistas! Os artistas estão

lá querendo trabalhar, querendo produzir arte, não é? E como é que isso funciona dentro da SMOV? Isso tem que entrar dentro das normativas de construção. E, para entrar com o projeto, essas normativas têm que ficar bem claras, porque não é só o artista que vai executar, o arquiteto também tem a responsabilidade, porque ele vai procurar, no cadastro da Cultura, os artistas que estão lá para executarem os projetos; então, antes de entrar com o projeto, essas coisas todas têm que estar mais ou menos elucidadas. Então, quando eles entrarem com o projeto de construção do prédio, essas coisas todas têm que estar estabelecidas, como o local onde vai ser colocada a obra de arte. O empreendedor não pode colocar uma obra de arte e construir um muro na frente, porque esse não é o objetivo da lei. O objetivo da lei é fazer com que a cultura seja uma coisa expansiva. E tu tens que mostrar que ali naquele prédio, sob uma ótica nova, uma ótica de modernidade, a cidade avançou. A Cidade não está fazendo um recuo histórico e cultural, pelo contrário, ela está fazendo um desafio cultural, e o empreendedor tem que analisar sob essa ótica: ele está sendo um agente fomentador da cultura na Cidade. Ele não está gastando dinheiro a esmo ali, pelo contrário, não é? É bacana a gente ir a Nova Iorque, a Berlim, a Moscou, andar pela Muralha da China, subir na Torre Eiffel, a gente tem orgulho de sair e dizer que lá fora essas coisas todas são lindas: “Ah, tirei uma foto no restaurante da Torre Eiffel, lá em Paris, nas pontes, no Muro de Berlim”. “Ah, legal! E na tua cidade?” Aquela cidade em que tu vives, que tu tens o teu dinheiro, onde tu consegues fazer cultura, agregar cultura a ti e a tua família, essa cidade, como está? “Pois é, na minha cidade tem uma lei que não funciona, eles queriam colocar umas obras de arte em uns prédios, mas sabe como é, custa um pouquinho aquilo ali, né?” Gente, não custa! Isso vai agregar valor cultural, valor artístico aos prédios, vai valorizar os empreendimentos. A gente não pode pensar que gastar dinheiro em obras de arte é uma coisa que não vai agregar nada, pelo contrário, vai agregar.

Então eu acho que essas reuniões com a SMOV, a minha, a do Caé Braga, nos remeteram a um conhecimento da Lei que nem eu nem os artistas tínhamos, e a maior parte das pessoas também não têm, porque isso nunca veio a público. Agora nós conseguimos fazer com que aquilo que foi escrito, elaborado pela Cultura, e o que diz a própria Lei, pegamos todos os termos da Lei e começamos a estudar, pensar, e o Dr. Giovani, da PGM... Esses termos técnicos e jurídicos devem estar bem claros, porque depois, quando o Prefeito for assinar, não podem servir de motivo de contestação judicial.

Isso tem que ter regramento e esclarecimento jurídico e técnico de tal maneira que a regulamentação possa ser assinada sem sofrer qualquer contestação judicial.

Acho que a gente avançou bastante nesse aspecto da regulamentação, e acho que em mais duas reuniões nós conseguiremos definir com clareza esse aspecto jurídico da regulamentação e avançar. Nós temos a presença do Ver. Adeli Sell.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Ver. Garcia, Ver. Idenir Cecchim; três Vereadores.

O SR. UBIRATAN FERNANDES: Obrigado pela presença de vocês, é muito importante a participação para juntarmos forças e fazer com que esse projeto e a sua regulamentação sejam assinados o mais rápido possível.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ubiratan.

Vou registrar a presença e convidar para compor a Mesa, pedindo desculpas por não ter chamado antes, a Vera Pellin, Diretora do Instituto de Artes Visuais da Secretaria da Cultura do Estado,.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sra. Presidente; uma saudação aos representantes dos artistas, ao Secretário e aos Vereadores que aqui estão. Eu, só para fazer justiça, quero dizer que esse assunto da regulamentação desta Lei foi levantado num programa de televisão; quero fazer justiça à Ana Aita, que levantou isso no programa. Estávamos presentes eu e o Dep. Adão Villaverde, e nos comprometemos a procurar essa Lei, e aí houve o interesse da senhora, do Garcia e dos demais, quer dizer, há bastante gente procurando por isso.

Eu fui o proponente de uma homenagem, a Comenda Porto do Sol, aos artistas que protagonizaram a exposição talvez mais democrática da Cidade, que foi a CowParede, com artistas de Porto Alegre. Eu não vi e acho que não tem nada nessa regulamentação nem na Lei que diga que as obras de artes nas construções sejam executadas preferencialmente por artistas porto-alegrenses ou gaúchos, para valorizar os nossos artistas que são tão capazes. Se eu tivesse alguma sugestão a dar, seria essa, senão fica muito vago, e, daqui a pouco, um artista vai fazer todas as obras ou grande parte delas.

Eu também não sabia que isso tinha que ficar na parte externa dos edifícios. Eu achei que o artista plástico, o pintor pudesse usar um quadro ou painel, mas agora fiquei sabendo que é só na parte externa. Assim fica um pouquinho mais complicado, mas mesmo assim eu acho que nós temos muitos artistas que podem fazer isso. Só não podemos exigir que se faça tanta coisa num prédio de dois mil metros, porque não é tão grande assim; uma loja, por exemplo, às vezes não tem espaço na frente para colocar. Se é no Centro da Cidade, o empreendimento não tem onde botar; na fachada também tem o problema da poluição visual. A arte nunca é poluição, mas aí tem que ver como o técnico vai entender, se pode ou se não pode, aqui no Centro Histórico quase nada pode. Então, tem alguns detalhes que teremos que ver como vão se resolver, mas a minha sugestão seria que se colocasse não só obrigatoriedade, mas que se colocasse pelo menos alguma coisa, preferencialmente, de artistas do Rio Grande do Sul, particularmente de Porto Alegre.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Idenir. Registro a presença da Elena, assessora do Deputado Carrion. Com certeza, em função da instalação da Comissão da Verdade, hoje, ele está envolvido com esse importante momento do Brasil. A Elena está com a cópia da lei. Se puderes distribuir, inclusive para a Mesa, será positivo. O Ver. Nedel também está nesta audiência: seja bem-vindo.

O Sr. André Venzon, do Museu de Arte Contemporânea, está com a palavra.

O SR. ANDRÉ VENZON: Ao cumprimentar a Presidente desta Casa, Ver.^a Sofia Cavedon, cumprimentamos todos e todas que atenderam a esta Audiência, que, sob sua gestão, Sofia, torna a Câmara mais cultural e artística a cada dia.

Peço licença, porque vou tratar dos aspectos simbólicos que ainda não estão bem esclarecidos nesta lei. Para entendermos a necessidade desta lei, que motivou o Ver. Raul Carrion a elaborá-la com amplo apoio político da comunidade artística, até sua atual tramitação na Prefeitura, é preciso voltar a um princípio que norteia esse projeto. Disse Giulio Carlo Argan: “A obra de arte determina um espaço urbano”.

Assim como o arquiteto e teórico italiano, Porto Alegre teve, no século passado, um pensador equivalente, o arquiteto, urbanista, historiador e artista, um homem com o espírito da renascença, o professor Francisco Riopardense de Macedo, especialista sobre as origens e o crescimento desta Cidade, que, em realidade, foi o precursor do estudo

desta lei, desde a época que esta Casa criava salões de arte até hoje quando se revitaliza com a criação de novos e necessários concursos artísticos e mesmo este debate.

Parece-nos que a discussão que este tema traz, muito além da questão do estímulo ao mercado de arte ou a valorização do patrimônio imobiliário porto-alegrense, é a necessidade de refletirmos sobre o conceito de cidade que queremos construir, sobre onde está a participação da cultura e da arte, em meio ao conflito de interesses quanto à ocupação do espaço urbano, motivado, principalmente, pela especulação imobiliária, da valorização do solo por esse setor, e da inversão desses valores na construção civil.

Henri Lefebvre, em seu clássico *O Direito à Cidade*, refere-se aos mercadores das cidades italianas, flamengas, inglesas e francesas que amavam sua cidade como a uma obra de arte, ornada por todas as obras de arte. Discípulo de Lefebvre, Mario Gaviria reflete sobre o conceito de obra do autor francês, como a apropriação da cidade na forma de obra pelo habitante urbano, que considerava a cidade como obra total, “a mais bela obra de arte da história da humanidade”. Podemos ir mais longe no passado e pensar até mesmo que a obra de arte precede à cidade, pois, desde as cavernas, o homem convive com alguma expressão estética em seu espaço social. Há séculos, nos organizamos em torno de uma praça central que tem, não raramente, como seu primeiro habitante, um monumento, uma estátua, uma obra de arte pública. Lefebvre também nos adverte da consciência da cidade e da realidade urbana que por vezes se atrofia até sua desapareição, e que a destruição ideológica da cidade acaba por não evitar a instituição de um enorme vazio.

Acreditamos que essa falta de diálogo com a arte é um problema semelhante à falta de diálogo com a própria cidade. Portanto, trata-se, com esta lei, de garantirmos direitos culturais e estimular o convívio das pessoas com arte, de uma forma inteligente e prazerosa.

Para o professor Teixeira Coelho, a expressão arte pública serve ao sentido de decoração e também de provocação: a arte pública dos direitos individuais e coletivos, a arte pública e o poder público. No mesmo verbete do seu *Dicionário Crítico de Políticas Culturais*, destacamos o caso de Nova York com a sua lei dita “*Per Cent*”, que tem tornado obrigatória a aquisição e exibição em edifícios recém construídos, públicos ou não, de obras públicas num percentual do custo total da edificação.

A exemplo desta lei, Porto Alegre aprovou, em 2007, a nossa, que versa sobre a colocação de obras de arte em edificações privadas com área adensável superior a dois mil metros quadrados, pretendendo restabelecer a relação entre arte e arquitetura num espaço urbano. Teixeira Coelho define essa arte como semipública, baseado na ideia que dela se beneficia não só a população indeterminadamente, mas, principalmente, as pessoas que frequentam habitualmente esse edifício ou espaço.

Esta lei servirá para tomarmos consciência da cidade, ou seja, do espaço ao nosso redor a partir da relação com uma obra de arte que passa a representar poeticamente o lugar onde moramos ou trabalhamos, o nosso lugar, ou o lugar que queremos como nosso. Na realidade, o que está em questão é o esforço coletivo e individual, enquanto Vereadores, gestores e artistas, para, como diria Montesquieu, ampliarmos a esfera de presença do ser, muito além daquele financeiro, mas para recuperar o valor simbólico de onde vivemos, e também o valor econômico e cidadão do modo de perceber e pensar a cidade e a sociedade como um todo. O que precisa ser repensado com a execução desta lei é o nosso conceito de espaço urbano, ao que ele nos dá direito em termos culturais e artístico, quando adquirimos um imóvel, um lugar para viver.

Sabemos que na *polis* grega os templos eram construídos para as estátuas, e não as estátuas para os templos. Em Porto Alegre, o Museu Iberê Camargo comprova que é possível pensar a arquitetura numa perspectiva artística. E, diga-se de passagem, graças a esse prédio existe um lugar para as obras do Iberê, porque se dependesse da mentalidade que nós estamos enfrentando hoje para regulamentar esta lei, o Iberê, se vivesse, não teria uma obra de arte num espaço privado de convívio público de um edifício com uma área superior a dois mil metros quadrados. O prédio construído por Álvaro Siza já é reconhecido como patrimônio cultural da cidade. É preciso pensar a cidade também como obra de arte.

Portanto, esta lei pode ser mais um meio para pensarmos o que a arte pública pode fazer pelo espaço urbano, transformando toda a espécie de espaço vazio em um lugar para o exercício da nossa sensibilidade.

Ainda o professor Teixeira Coelho cita as políticas culturais públicas da segunda metade dos anos 80, em Berlim e Düsseldorf, que mantêm um programa constante de instalação de obras de arte em ruas e parques com o objetivo de desbanalizar o cotidiano e possibilitar à população um momento de reflexão e projeção numa outra dimensão

existencial. Ou, ainda, um dos traços necessários à plena caracterização da arte pública é o fato de oferecer-se como possibilidade de contato direto, físico, afetivo com o público. Assim, afirma que a melhor arte pública não é aquela exclusivamente decorativa – vale citar o bem-sucedido, e aqui mencionado, leilão e exposição da CowParade e a sua função social, tanto em São Paulo quanto em Porto Alegre, exemplo irrefutável de como a nossa população aprecia e deseja mais arte nas ruas e em edifícios da cidade. Algumas das vaquinhas estão espalhadas na frente de edifícios públicos da cidade de Porto Alegre -, mas também a que se mostra como um enigma. A arte não só essa com um apelo mais decorativo, mas como uma provocação, ou ela mesma uma reflexão em geral ou sobre a vida da cidade em particular.

Portanto, temos que assumir a arte como dever público, conscientes de que o direito a mesma é inerente ao ser humano e que a maior violência que podemos sofrer se não regulamentarmos esta lei é privar a população dessa convivência. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Vera está com a palavra.

A SRA. VERA PELLIN: Além de estar hoje ocupando o cargo de Diretora do Instituto de Artes Visuais na Secretaria do Estado da Cultura, também estou aqui como Presidente da Associação Chico Lisboa. E principalmente como Presidente da Associação dos Artistas Plásticos de Porto Alegre – Associação Chico Lisboa, como é conhecida -, eu gostaria de lembrar, primeiro, em relação à fala do André Venzon, meu querido amigo, companheiro de trabalho em muitos momentos, inclusive na Chico, de uma questão a qual te referiste, André, a CowParede: nessas ações de arte que acontecem em Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, uma coisa que é sempre esquecida é o cachê do artista. E esse é um exemplo. Eu acho que o artista não está só para mostrar a beleza do seu trabalho, ele também está para ganhar através do seu trabalho, para poder viver do seu trabalho. E uma grande preocupação da Chico Lisboa, que a gente tem feito agora nesta última gestão, é estar atenta a isso e não participar mais de atividades que não tenham cunho profissional, que não queiram levar o nosso artista, que não queiram considerar o artista plástico como um profissional que trabalha e precisa viver da sua arte.

A gente até comenta sempre que o Rio Grande do Sul se orgulha tanto da sua cultura, que o porto-alegrense se orgulha tanto da sua cultura, mas o que a gente vê nas suas

ações diretas? O artista é lembrado para eventos, o artista é lembrado em momentos políticos pelos políticos; o artista nunca é lembrado como em um momento como este, que é o momento que tem que se aprovar uma lei e que, através dessa lei, pode-se respeitar o trabalho do artista, qualificá-lo e remunerá-lo. Então, em especial, a Chico Lisboa reforça a necessidade de aprovação dessa lei, e também nos colocamos inteiramente à disposição desta Casa e à disposição da Associação dos Escultores, que tanto luta por esse projeto, e de todos os artistas, enfim, a nossa disposição em auxiliar, participar e levar adiante essa iniciativa do ex-vereador, agora Deputado, Raul Carrion, embora, em alguns aspectos, a gente considere que essa lei poderia ter um pouco mais de clareza e definição. Mas, de qualquer forma, a iniciativa é maravilhosa, e acho que respeitosa, e ficamos realmente no aguardo de que isso ocorra em breve e nos colocamos inteiramente à disposição. Desculpe-me não ter saudado a Mesa, Sofia, o Bira e o Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Cultura. Obrigada a todos vocês também. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Vera. Gostaria muito também de poder saudar o Secretário da Cultura. Eu estava comentando com o Ubiratan -eu sei que ele é do Planejamento – que eu acho um desprestígio, acho inaceitável que a Cultura não tenha mandado um representante para um momento tão importante de conversa com os artistas, mesmo que o grupo de trabalho esteja funcionando. Eu considero isso um mau sinal e espero que isso não signifique que a Câmara não tenha prestígio, mas isso é o de menos. Isso não significa que não esteja se empenhando para que essa lei seja cumprida.

Está com a palavra o Caé Braga, Vice-Presidente da Aers – Associação dos Escultores do Estado do Rio Grande do Sul. Bem vindo.

O SR. CAÉ BRAGA: Boa noite. Cumprimento a Casa em nome da Presidente Sofia Cavedon, demais participantes, senhores, senhoras. Nesse longo período – não podemos dizer que é uma coisa que está acontecendo recentemente –, em 2004 eu fui procurado pelo Raul Carrion, que queria botar essa lei em discussão com os artistas plásticos, nesse desenrolar, nessa intuição de que poderíamos buscar uma valorização do patrimônio urbanístico de Porto Alegre. Então, houve inúmeros encontros, que nunca foram do

tamanho que a gente desejava. Mas ele foi pegando fôlego, foi sendo construído, muito dialogado, pensado. Então, são coisas que às vezes a gente não gosta de ouvir, como o fato de que temos de conversar, de dialogar, porque, os artistas plásticos da sociedade, os arquitetos, enfim, todos aqueles que têm uma relação com isso foram questionados, e isso foi levado ao conhecimento. Sem dúvida, através de uma ação junto com a Câmara, com a Casa, isso tomou uma força maior. Houve uma atenção maior e um respeito em relação a este projeto, que ficou engavetado durante cinco anos. Então, sem dúvida, eu acho que, prontamente, outras ações vamos ver direto aqui, já que esta é a Casa do Povo.

Uma coisa que se discute muito e eu ouvi de amigos, parceiros, pessoas preocupadas é a questão da obrigatoriedade. Obrigar por quê? A gente sabe como são as questões aqui. Em alguns períodos... e conta uma lenda que... sem dúvida, acho que a gente vai resgatar, junto com a Presidente, com um trabalho de rever várias leis que já foram votadas, mas foram esquecidas ao longo do tempo. Em Porto Alegre, em idos dos seus anos 40 ou 50, as obras de arte têm uma grande representatividade nas edificações – internas, externas, mas com visibilidade. Funcionou, e hoje, para nós, é um grande legado isso. Nós nos orgulhamos de caminhar aqui, na Av. Duque de Caxias, que é uma rua grande, que tem muitas obras de arte, que tem trabalhos com cerâmica, com ferro, enfim, todos os materiais que servem para isso. Ali na praça da Rua Professor Annes Dias, naquela esquina, tem muito prédio com obra de arte. Enfim, em Porto Alegre, somos meio distraídos, mas as pessoas que vêm aqui para fora, principalmente arquitetos, eles captam muito essas imagens que, para nós, hoje, estão fragmentadas pelos *outdoors*, enfim, tudo aquilo que polui esse acervo que construímos há todo esse tempo.

Em relação à questão da valorização desse patrimônio, é indiscutível, todo mundo sabe, é uma questão que só vem a valorizar. Existem situações que levam a polêmica, a questionamentos que podem ser polêmicos, mas o exercício eu acho que é fundamental. Nós ficamos naquela esperança de que, um dia... Nós já temos esse problema todo com a questão da obra pública, toda a questão da depredação, da falta de dar uma manutenção. Essa Lei, ela vem justificar essa falta de investimento, que sabemos que é muito tímido. Quer dizer, a relação arte/Cidade/crescimento não tem essa pujança, ela fica sempre limitada, com cursos que começam e não terminam... De repente, há a intenção de um empresário, mas é muito mais em questão de mídias, e aí tem todos os

investimentos financeiros, que dão uma retribuição a essas ações. Acho que o que estamos precisando, em questão de dar uma dimensão a toda essa produção... São muitos os formandos, hoje, dentro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre é a Capital, para cá eles vêm, daqui partem para outros rincões, nós não temos essa pujança em relação ao nosso patrimônio, e ele acaba sendo limitado por todas essas dificuldades.

Então, em relação a uma lei que torne possível potencializar, quer dizer, dinamizar os investimentos nesse setor cultural, imobiliário, agregando um ganho visual, não tem por que não fazer esse investimento, isso é um retorno. Quando tu podes brindar um prédio que busca uma estética, soluções decorativas, cabe ali uma obra de arte, é personalizar. Afinal, nós não queremos morar em caixas, não queremos morar em cano ou dentro de tubo; queremos que esse lugar em que vivemos, ainda mais em relação a essa dimensão de 2 mil metros, quando já vem a questão das edificações, que isso seja personalizado, que tenhamos uma relação de bem-estar.

Acho que tudo isso é a provocação de um assunto que pode ser polêmico na questão de uma obrigação, mas é necessário que façamos esse exercício. É uma lei que é muito simples; quando ela é lida, todo mundo a entende, numa questão ética e coerente com aquilo que pensamos como uma coisa harmônica. Mas, claro, sempre se abre o senão de que pode acontecer isso, pode acontecer aquilo. Tudo bem, temos três anos para ver esse processo. Temos instituições como a Chico Lisboa, a Associação dos Escultores, Ceramistas, Vidreiros, Pintores, que vão cuidar com carinho de toda essa projeção, todo esse andar do processo. Eu duvido que um empresário, num momento desses em que vai ter um ganho, em que ele pode fazer uma aplicação com a qualidade que os artistas têm... E isso é um legado nosso, que os nossos mestres nos deixaram, que, até há um bom tempo, era uma grande referência a relação com o Rio Grande do Sul e os seus artistas. Então, temos um mercado maravilhoso para se trabalhar, ainda mais que Porto Alegre se prepara para uma ação maior, que é a preparação da Copa e todas essas inserções internacionais.

Então, acho que, nessa intenção, caminhamos para uma relação na qual temos que confiar naquilo que estamos propondo. Não temos que ter dúvidas e temos que estar atentos. Afinal, nós tivemos um passado. Hoje nós somos o presente, e sejamos nós o futuro, já que nas nossas mãos está esse projeto. Agradeço à Casa. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem. Vamos ver se alguém mais se anima... O Ver. Adeli já se inscreveu. Anuncio que, sábado – vocês já têm na mão o nosso Seminário –, ciclo de palestras História, Conhecimento e Valorização das Obras de Arte e Monumentos Públicos de Porto Alegre, que foi uma parceria a partir de uma audiência do ano passado que nós construímos com o professor José Francisco e com os que foram se agregando. Já estamos visitando obras de arte, que se transformarão em visitas-postais, e sábado teremos a visita ao Túnel do túnel, da Tina Sanchotene Felice, às 16 horas. Estão todos convidados, e será o momento de admirar a obra, juntamente com a opinião do artista.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Boa-noite a todos e a todas. É um tema extremamente importante para a cidade de Porto Alegre, porque, como foi colocado aqui há pouco, a gente vê algumas obras de arte, vê um patrimônio histórico-cultural importante em Porto Alegre, mas, regra geral, esse patrimônio é do passado, de um passado recente. Porto Alegre carece de uma modernidade, Porto Alegre não teve os incentivos necessários, principalmente no tema que estamos discutindo. Os artistas convivem com profundas dificuldades, as gestões públicas não têm olhado para os artistas, têm dado pouquíssimo valor para a produção artística na nossa Cidade. É hora de mudarmos, e é preciso termos um movimento da sociedade. Hoje à tarde, aqui aprovamos uma nova lei; agora, a pergunta que eu me faço e que coloquei aqui é quando isso será efetivado. Eu me lembro das reuniões de Comissões desse Projeto, lá por 2003 e 2004. Eu lembro de ter discutido isso longamente, inclusive com a presença do autor, porque colocamos uma série de questionamentos.

A nossa reunião está boa, porque estamos entre parceiros de uma grande caminhada, mas estão faltando alguns atores. Acho que aqui faltam os empreendedores imobiliários em Porto Alegre, e creio que nós deveríamos tirar como decisão daqui, minha cara Sofia, uma reunião formal com o Sinduscon, com outras entidades, como os escritórios de arquitetura, que têm uma associação especial, a Asbea, e eu fico pasmo em como também a municipalidade não tem dado atenção para esta questão. Aqui eu falo especialmente da Secretaria Municipal da Cultura, que eu acho que deveria estar aqui presente, que deveria estar dialogando conosco, e não entendo por que tanto tempo,

porque lei já existe, nós vamos é dar organização, viabilização, verificação de como vai ser implementado, os prazos que nós vamos dar, como isso será comunicado às instituições que têm representação. A construção civil tem uma representação, ela tem o seu sindicato, tem as suas associações de classe, precisamos discutir isso. É claro que nós também não somos pessoas que estamos de costas para um problema que venha a ocorrer numa determinada edificação, sobre colocação da obra, mas nós somos pessoas civilizadas, nós precisamos discutir os problemas. Eu creio que nem tudo cabe exatamente como a gente prevê, às vezes, numa legislação, mas eu creio que, conversando, nós podemos chegar a um bom denominador comum.

Eu queria que Porto Alegre fosse o exemplo de modernidade do continente, porque, se eu olhar para o passado, se eu olhar para o Memorial do Rio Grande do Sul, a antiga sede dos Correios, se eu olhar para o Shopping Total, eu vejo ali uma arquitetura importantíssima, mas eu poderia falar das andanças pela Rua da Praia, de olhar para cima e verificar. Eu moro no Centro Histórico de Porto Alegre, e, a cada dia, eu vejo, com dor... Porque, todo santo dia, eu preciso passar na Rua Riachuelo, esquina com a Marechal Floriano, e ver uma edificação escorada, caindo, porque a Prefeitura deixou de fazer uma ação. O Estatuto da Cidade nos dá condições de a municipalidade intervir, desapropriar, e acho que isso tem que ser feito. Então, nós temos que fazer com que as coisas aconteçam, porque eu creio que todos que estão aqui, nesta noite fria, estão tão cansados quanto eu de ver pirotecnia. Eu acho que não adianta ficar falando de eventos, de coisas, de lançamentos, se não há efetivação. Não há efetivação!

Nós, por exemplo, estamos falando da Copa. Eu penso Porto Alegre para além da Copa, porque, se eu ficar pensando apenas para a Copa, eu vou me embrulhar nas obras, como está acontecendo em Porto Alegre e em várias e principais cidades deste País, em que os próprios poderes públicos locais não cumprem com as suas funções. Vou dar um exemplo: na Grande Cruzeiro, em que se pensa em ampliar uma rua, a Secretaria que deveria fazer o licenciamento ambiental não fez, e sei de brigas que houve entre o próprio Secretariado. Assim não dá, gente! Nós temos que tratar dessas coisas com mais justeza, precisamos ter mais governança! Uma palavra que todo mundo gosta de usar atualmente é governança, mas é preciso ter gestão efetiva, porque, com mais Governo, vai ter mais eficiência. Não adiantam apenas as ideias. As ideias são importantes; agora, quem sabe a gente também puxa com outros debates, debates conexos, porque eu penso, por

exemplo, em ter essas obras de arte às pencas. Agora, vendo o mobiliário urbano de Porto Alegre, vocês, que são artistas – a maioria aqui o são –, convenhamos, faz cinco anos e meio que não tem licitação para uma parada de ônibus. Existem sete tipos diferentes de paradas de ônibus em Porto Alegre, uma pior do que a outra. Uma pior do que a outra!

Eu termino aqui, porque eu acho que o debate vai continuar, mas, se eu puder fazer uma proposta, eu faria a proposta de dialogar com o setor que tem mais interesse, até porque, nos seus tapumes, por uma ação do próprio Sinduscon, foram chamados vários artistas, porque eu acho que uma grafiteagem é uma obra artística, diferentemente da pichação. Eu, que tive recentemente o meu edifício pichado, eu sei que nós vamos gastar uma boa “banana” para recuperar uma labuzeira que foi feita numa edificação. Isso, sim, é uma afronta a Porto Alegre. Porto Alegre vive suja, vive cinza, vive *gris*, vive pichada, e nós queremos uma Cidade com arte, com flor.

Hoje já se fala, por exemplo, na Alemanha, de jardinagem urbana. Eu gostaria de ver, porque há cidades pequenas aqui no Rio Grande do Sul... As pessoas gostam de falar em Nova Petrópolis, mas eu podia falar em outras cidades que têm as suas cidades pintadas, as suas cidades com canteiros com flores, onde as pessoas cuidam e inclusive têm suas pequenas hortas comunitárias. A cidade de Rosário, na Argentina, por exemplo, além de ter uma orla que está sendo cada vez mais qualificada... Eu espero que o Prefeito, agora que veio de lá... Eu fui um dos que aqui falou o tempo inteiro que se tinha que conhecer Rosário, na Argentina, que se inspire em Rosário, mas eu quero dizer que, em Rosário, na grande crise que houve no passado, durante o Governo Menem, não só cuidou da orla, mas era uma cidade que tinha o maior número de hortas comunitárias e, quando a fome bateu, muito gente colheu os frutos nos seus quintais. Isso também tem que servir de exemplo. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ubiratan pede para fazer um comentário. O Ubiratan faz o comentário e depois o Ver. Professor Garcia.

O SR. UBIRATAN FERNANDES: Só para fazer justiça a quem se coloca em uma situação como eu, que estou presidindo uma sessão. Nós temos insistido e temos sido bastante democráticos, Ver. Adeli Sell, no sentido de chamar todas as entidades para

discutir a regulamentação da lei. Uma coisa tem que ficar clara, gente, nós somos agentes fomentadores de cultura. O empreendedor, o arquiteto ou o projetista são agentes que vão executar a obra. Então, quando a gente se propõe a discutir na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, Professor Garcia, na tribuna popular, em uma audiência pública é porque nós não estamos agindo sozinhos, nós não estamos fazendo as coisas em vão. A lei foi aprovada, o Sinduscon, os arquitetos, todos sabem da lei. O que nós não temos em Porto Alegre, que é o nosso grande defeito, é a curvatura necessária para os grandes desafios. Nós temos que parar com essa ideia, nós somos muito derrotistas. Talvez, se olharmos para Porto Alegre no tempo, na década de 30, 40 e 50, os nossos olhos podem olhar e dizer: aqui as pessoas se empenharam, desenharam, buscaram informações, subiram no andar da cultura da Cidade. O que acontece hoje, em Porto Alegre, é que nós não queremos enfrentar um desafio maior, e nós pensamos só nos custos, no que aquilo pode representar a mais nos gastos. Pensem ao contrário, revertam essa sensação de mediocridade cultural. Vamos jogar esta Cidade para a frente; vamos criar um lastro novo de cultura; vamos educar os nossos filhos; vamos educar os nossos empreendedores, os nossos arquitetos, nossos projetistas; vamos construir essas paradas de ônibus, que são uma vergonha para a Cidade e para qualquer lugar do mundo; vamos pensar em um modernismo para as paradas de ônibus, para as luminárias da Cidade, para os logradouros, para a nossa orla. Isso é um desafio. Eu não estou condenando ninguém, nem estou chamando, quem sou eu para dizer que isso deve ser assim ou assado. O que está nos faltando é desafio, é encarar o novo milênio. Vamos parar de olhar as coisas com pobreza cultural, vamos avançar no tempo. Os lugares do mundo fazem com que as pessoas que vivem nas cidades sejam felizes, que tenham harmonia, que tenham convivência com as obras de arte, com os logradouros públicos, com as paradas de ônibus, com uma luminária de rua. Nós não podemos mais olhar o patrimônio da Cidade e ficar se lamentado: aqui está tudo depredado, pichado. Não, vamos parar com esse discurso. Vamos enfrentar essa situação de frente, vamos correr, vamos mudar a característica desta Cidade. Vamos voltar ao tempo, para aqueles que nos ensinaram a olhar a cidade com um olhar respeitoso pela sua arquitetura, pelos seus paralelepípedos cortados da Rua da Praia, pelo mosaico que há na Praça da Alfândega. Vamos olhar essas coisas com uma clareza cultural, parar de achar que lá em Paris, Moscou, Tóquio, Nova York se faz cultura, vamos parar com esse discurso. Vamos jogar

esta Cidade para frente e construir uma cultura. Se nós perdemos a referência e perdemos o fio da meada, vamos buscar de novo a identidade cultural. Vamos lá, vamos lutar, vamos nos expor. Nós temos que parar de olhar as coisas em um sentido que: talvez a gente possa. Não, nós podemos, vamos nos expor. Só cresce para um desenvolvimento cultural, quando nos propusemos a fazer esse desenvolvimento cultural. Se não nos propusermos a fazer nada, se os empreendedores estão com receio de que essas coisas possam trazer um custo para o seu prédio... Não, pensem o contrário, vamos modernizar a cabeça das pessoas fazendo que isso agregue um valor cultural para a Cidade. Então, todos estão convocados: arquitetos, projetistas, empreendedores, todos estão sabendo que ocorrem as audiências públicas e que na Comissão de Educação e Cultura já foram chamados. O Sinduscon esteve presente quando o Professor Garcia chamou na Comissão de Educação e Cultura, por quê? Porque eu, Ubiratan Fernandes, com a Ana Aita fomos fazer uma visita ao Presidente do Sinduscon, Paulo Garcia. Tomamos a iniciativa. Fomos lá e colocamos na mesa. Perguntamos: “Quais são os empecilhos que bloqueiam essa Lei, Dr. Paulo Garcia?” Ele disse: “Algumas coisas técnicas. Temos dúvidas a respeito de algumas coisas”. Dissemos: “Homem, sentaremos à mesa e discutiremos, vamos esclarecer essas dúvidas, vamos jogar esta Cidade para frente, vamos parar com esse...”. A gente sempre fica se queixando, não é Sofia? Parece que a Cidade não anda, que a Cidade não quer, que a Cidade é isso, que a Cidade é aquilo. A hora que a gente arregaçar as mangas e resolver trabalhar, em seu todo, todas as entidades envolvidas nesse Projeto, nessa Lei, temos certeza de que vamos dar um pulo e esta Cidade vai virar uma referência para o Rio Grande do Sul, para o Brasil e para o mundo. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem, Ubiratan. O Ver. Professor Garcia está com a palavra.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Presidenta Sofia; Ubiratan; nosso Secretário; Presidente da Chico Lisboa, senhoras e senhores, eu vejo que, nos últimos quatro meses, nós evoluímos, e muito, nesse sistema. Quando assumi a Comissão, em março, começaram a chegar as reivindicações. E aí fomos atrás para ver qual o sistema. Todos os atores foram convidados. E eu posso lhe dizer, Ver. Adeli Sell, que por parte do Sinduscon não há mais

nenhum óbice, o que havia eles já colocaram e já foi resolvido. O problema maior na realidade foi por parte do Executivo, e aí a Secretaria da Cultura trouxe uma minuta e deixou na SMOV. Na Comissão, a própria Secretaria de Cultura, quando veio, disse: “Olha, nós já fizemos a minuta e ficou na SMOV”. Só que na SMOV ela decantou. Na metade do mês de abril, o Prefeito já havia acordado que assinaria a regulamentação. Não houve andamento. O Ubiratan, inclusive, começou a cobrar, e aí foi quando surgiu a questão. Bom, se há ruído, vai ao Paulo Garcia, no Sinduscon. O pessoal do Sinduscon ligava para a Comissão querendo também pelo menos saber da questão da minuta. Aí conseguiram, nas últimas duas semanas, que sentassem juntos os artistas, a SMOV e a Cultura. E acho que tu foste muito feliz quando colocaste a questão do teu pai. Porque a gente não pode ter esse receio de sentar com pessoas que pensam de forma divergente, isso faz parte de todo o processo, porque tu ouves um, ouves outro e vais formatando. Também aprendi na vida que a gente nunca consegue tudo que quer, mas tu podes tirar o melhor possível daquilo quando as pessoas estão abertas a escutar e a procurar melhorias.

Então, na realidade, como a minuta já está pronta, Secretário, se já foi acordado e não há mais arestas, o que está faltando é vontade política. E o Prefeito Fortunati disse: “Logo que chegar na mão, eu vou assinar”. Como o senhor hoje está representando o Executivo aqui, eu vou lhe pedir que converse com o Secretário Cezar Busatto, que fez as articulações para que os representantes da Secretaria sentassem, para que defina. Bom, deve haver um jogo aberto: vai sair a regulamentação? Porque depois que sair a regulamentação haverá alguns passos: como vão ser cadastrados os artistas, de que forma. Mas, ao mesmo tempo, agora no final, ouvindo o Ubiratan, fui levado à literatura, quando ele começou a discorrer a Rua da Praia. Depois que eu li Clarissa, do Erico Verissimo, comecei a gostar de ler feito um maluco, porque ele contava, de tal forma, como era a história da Cidade, de que de forma era o centro da Cidade. E cada um de nós tem uma história para contar, cada um de nós tem um legado. O próprio Deputado Raul Carrion, em todas elas, ele tem sido presencial. Hoje ele não está aqui, mas está a representante dele. Então, na realidade, eu volto a dizer que só falta agora essa posição: quando será assinado? Se todas as partes já sentaram, já têm as afinidades, as arestas já foram aparadas, o que está faltando agora é isso, e aí eu vou usar uma linguagem popular: “É só irmos para o abraço”. Assina e vamos para o abraço, porque o pessoal

quer isso. Eu não tenho nenhuma dúvida que isso vai alavancar, e muito, a arte contemporânea do nosso Estado. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Francisco está com a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES: Sra. Presidente, o Professor Garcia fez uma colocação que eu pretendia fazer, que nos últimos meses se avançou com esse tema. Não querendo justificar aqui a ausência da Cultura, mas eles me informaram, justamente, que a princípio não iriam comparecer porque já teriam articulado nessas reuniões com os artistas e que as coisas já estariam encaminhadas. Todas as arestas já foram trabalhadas, só que a Audiência Pública teria que ter o seu segmento, até por uma questão regimental. Então, todos os atores estão de acordo, há compatibilidade entre empreendedor e artista. Quer dizer, é uma reivindicação do mundo artístico, mas, realmente, depende muito da capacidade de resposta dos empreendedores, porque, mesmo sendo uma lei impositiva, pode haver uma dificuldade. Mas me parece que, realmente, isso está parado. Hoje eu tive o cuidado de falar com o Secretário Busatto, porque ele tinha feito uma reunião há 30 dias sobre esses temas, falando como avançou. O Governo está totalmente favorável, é só, realmente, trabalhar a parte burocrática, que está sendo articulada. Falei com a Cultura, falei com a SMOV, por isso trouxe a resposta de que se vislumbra um prazo muito curto para finalizar, positivamente, esse tema. Era isso aí.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Elena está com a palavra.

A SRA. ELENA GRAEFF: Eu queria dar boa-noite a todos, a Presidente Sofia, a todos da Mesa e aos presentes. Eu só queria, rapidamente, dizer que estou representando o Deputado, o autor da Lei quando Vereador, que não teve a possibilidade de estar aqui agora porque foi chamado pelo Governador e pelas lideranças da Assembleia, justamente neste horário. Acho que o Ver. Garcia já nos respondeu, eu só queria frisar que a Lei está aprovada desde 2006, houve, em 2008, o Decreto nº 15.808 para regulamentar e deixar mais claro como seria esse cadastro dos artistas – que já está explícito no cadastro. Houve uma certa surpresa em sabermos que esse assunto estava tendo continuidade,

uma vez que o Professor Garcia já havia esclarecido. Em abril nós estivemos aqui, o Deputado esteve aqui também, eu vejo que a maioria das pessoas estava naquela reunião, e nos pareceu que não havia mais nada a resolver, uma vez que todos os presentes, como já disseram, representavam os vários grupos envolvidos com o assunto. Estava tudo encaminhado, assim que saímos daquela reunião, em abril. Então, houve até uma certa surpresa em saber que esse assunto continua sendo tratado em audiências públicas, porque nos pareceu que não havia mais impedimento. De qualquer maneira estamos aqui para reforçar que não vemos... A construção desta Lei, e vários aqui citaram, foi objeto de debates, de conversas com várias entidades, com os artistas, com o Sinduscon, com grupos de arquitetos, com o próprio Executivo, quer dizer, só para reforçar, parece-nos que não há mais nada a resolver sobre esse assunto.

Como eu disse, o Deputado não pôde comparecer hoje, mas continua atento e interessado no sentido de isso realmente tenha um final feliz.

Eu sou uma assessora, sou arquiteta e urbanista, então, além do que já foi dito aqui, eu só quero lembrar que, desde os primeiros momentos da Faculdade de Arquitetura, a gente aprende uma coisa: a cidade não é um conjunto de construções onde mora um monte de pessoas, a cidade é, sobretudo, uma expressão cultural, a cidade é cultura. E quando nós construímos uma cidade, estamos expressando, e deixando como um legado para outras gerações, o que representou essa sociedade em que vivemos e de que maneira a gente se expressou culturalmente. Então, a cidade também é isso e merece o que está se pedindo aqui, que são as obras de arte a representar a nossa contribuição de uma geração, de uma sociedade, ao longo do tempo, para os que virão depois. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Parece-me que o único encaminhamento que temos é a assinatura do decreto. Eu brinco, Secretário, mas nos encontraremos na assinatura do decreto regulamentador.

O Ver. Adeli Sell havia feito a sugestão de nos reunirmos com o Sinduscon, mas todos os depoimentos aqui já deram conta de que essas reuniões já aconteceram, tanto dos escultores com o Sinduscon quanto do Sinduscon na CECE. Portanto, parece-nos que, à guisa de encaminhamento, devemos aguardar essas duas reuniões. O nosso prazo, pelo

jeito, é este semestre. Pode ser, Secretário? Se aparecer algum outro nó, a Câmara entrará em campo novamente.

Eu quero, de fato, parabenizar o Ver. Professor Garcia pela CECE ter assumido a bronca, porque, quando substituí, por dez dias, o Prefeito Fortunati, em janeiro, eu falei tanto com a Ana Fagundes quanto com o Cássio, à época, e a Ana Fagundes me deu a informação de que com a Cultura estava tudo bem, que o problema era na SMOV, era em que momento, se era antes do EVU, se era depois, se era aqui ou ali, se era no habite-se, vários temas, e foi, falamos, porque também estava instada pelos artistas lá no início do ano. Acho que este ano é decisivo para uma Lei que ficou decantando cinco anos, estamos muito perto de concretizá-la. Quase que esta Audiência Pública sequer sai, e o Ubiratan estava dizendo: “Olha, eu acho que está tudo bem”, e eu disse: “Não, vamos manter, até para nos contar as notícias sobre em que ponto está e até onde evoluiu”.

É muito importante, portanto, que a Câmara continue vigiando para que isso não se perca de novo numa dificuldade aqui ou acolá, mas acredito que está aqui expressa a vontade política deste Governo de regulamentar e implementar. Então, nós vamos acreditar, colocar fé nisso, passar as notas taquigráficas desta reunião para o Prefeito Fortunati e avaliarmos, até o final de julho, se aconteceu: se for para o abraço, como diz o Ver. Professor Garcia, ou se é para apertar um pouquinho mais forte.

Pergunto se vocês querem propor algum outro encaminhamento, Ubiratan?

O SR. UBIRATAN FERNANDES: A partir do momento em que sentamos à Mesa com o Poder Executivo e tivemos a liberdade de expressar as nossas angústias e aquilo que achamos que seja importante para tirar as dúvidas de todo este Projeto e da sua regulamentação, eu, acostumado às vivências do campo, só enfrento as batalhas quando encaro os meus amigos, ou aqueles que me questionam, olhando no olho. Eu não costumo falar nada que não seja com clareza. Eu não me apequeno em situação nenhuma, eu costumo olhar para as pessoas e ver a sinceridade. Ver. Professor Garcia, Ver. Adeli, eu acho que há sinceridade nessas colocações e nessas reuniões que estamos fazendo. Acredito que chegaremos a uma conclusão de tudo isso. Espero que no mês de julho, no inverno rigoroso que está aí, a gente dê uma notícia quente aos artistas: a assinatura da regulamentação dessa Lei. Convoco todos os artistas para ficarem vigilantes, apoiando a iniciativa de terminar, o mais rápido possível, com todo esse

assunto e poder fazer uma coisa que, às vezes, as pessoas não entendem: eu estou louco para voltar ao meu ateliê para trabalhar, mas em função das reuniões, de todas essas explicações, de entender os mecanismos do Executivo, da SMOV, da aprovação de um Projeto, eu mal consigo entrar no meu ateliê para trabalhar. Então, gente, eu quero dar um descanso com relação a essa história, quero voltar ao meu ateliê, quero produzir. Afinal de contas é no meu espaço, no meu estúdio, que a minha alma fica livre, e eu posso expressar as minhas ideias.

Obrigado pela atenção de vocês, agradeço à Casa pelo apoio político que estamos recebendo. Realmente fico muito contente por ser recebido com tanta bravura aqui pela Câmara de Vereadores. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Nós é que agradecemos a tua persistência, afinal é uma Lei da Câmara, e a Câmara precisa efetivar mais as leis. Nós estamos fazendo, inclusive, um livro, agora, são dez anos de leis e ações, para ver os comandos que esta Casa gerou nos últimos 10 anos, e se, de fato, está contribuindo ou não com a Cidade. Acho que vai ser um belo balanço. Em muitas delas as pessoas estão colocando exatamente que querem vê-las cumpridas. Não sei qual o Carrion escolheu, mas certamente ele está no rol dos que estão escrevendo uma delas. Agradeço a presença de todos vocês. Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h36min.)